

**Banco Petra S.A.**

**Demonstrações Contábeis Consolidadas do  
Conglomerado Prudencial acompanhadas do  
Relatório do Auditor Independente**

**Em 30 de junho de 2016**

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente	3
Demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2016 e de 2015	11

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Grant Thornton Auditores Independentes  
Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105  
12º andar  
Edifício Berrini One | Itaim Bibi  
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos:  
Acionistas e Administradores do  
Banco Petra S.A.  
Curitiba – PR

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Petra S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota Explicativa nº 2 – Apresentação das demonstrações contábeis e Nota Explicativa nº 3 – Resumo das principais práticas contábeis.

## **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis descritos na Nota Explicativa nº 2 – Apresentação das demonstrações contábeis e Nota Explicativa nº 3 – Resumo das principais práticas contábeis, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 – Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidadas do Banco Petra S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 – Apresentação das demonstrações contábeis e Nota Explicativa nº 3 – Resumo das principais práticas contábeis às referidas demonstrações.

### Ênfase


#### Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

**Outros assuntos**

O Banco Petra S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individual e consolidado para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificação, em 25 de agosto de 2016.

São Paulo, 04 de maio de 2017.



Rafael Dominguez Barros  
CT CRC 1SP-208.108/O-1 "S" – PR

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" – PR

# Banco Finaxis S.A.

## Balancos patrimoniais do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>			
	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Ativo circulante</b>		23.657	21.944
Disponibilidades	4	448	448
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	4 / 5	13.929	14.036
Operação compromissada		13.929	14.036
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	6	2.347	2.480
Carteira própria		2.347	2.480
<b>Relações Interfinanceiras</b>	7	353	286
Pagamentos e recebimentos a liquidar		53	16
Créditos vinculados		300	270
<b>Outros créditos</b>		5.973	4.342
Rendas a receber	9	3.732	3.358
Diversos	11	2.241	984
<b>Outros valores e bens</b>		607	352
Outros valores e bens		3	3
Despesas antecipadas		604	349
<b>Ativo realizável a longo prazo</b>		12.512	10.975
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	6	11.400	9.924
Carteira própria		11.400	9.924
<b>Outros créditos</b>		1.112	1.051
Diversos	11	1.112	1.051
<b>Permanente</b>		1.289	1.501
Investimentos		144	123
Títulos patrimoniais		144	123
<b>Imobilizado de uso</b>		730	707
Outras imobilizações de uso	13	2.002	1.879
(Depreciações acumuladas)		(1.272)	(1.172)
<b>Intangível</b>		119	204
Ativos intangíveis	14	751	857
(Amortizações acumuladas)		(632)	(653)
<b>Diferido</b>		296	467
Gastos de Organização e Expansão	15	778	778
(Amortizações acumuladas)		(482)	(311)
<b>Total</b>		<u>37.458</u>	<u>34.420</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Banco Finaxis S.A.

### Balanços patrimoniais do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

#### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Passivo circulante</b>		15.606	14.320
<b>Depósitos</b>		10.566	9.388
Depósitos à vista	16	10.566	9.388
<b>Relações interfinanceiras</b>		101	8
Recebimentos e pagamentos a liquidar		101	8
<b>Outras obrigações</b>		4.939	4.924
Sociais e estatutárias	-	178	30
Fiscais e previdenciárias	17	851	1.294
Negociação de intermediação de valores	10	532	946
Diversas	11	3.378	2.654
<b>Exigível a longo prazo</b>		938	873
<b>Outras obrigações</b>		938	873
Diversas	11	938	873
<b>Patrimônio líquido</b>	18	20.914	19.227
Capital de domiciliados no país		17.956	17.956
Reservas de lucros		2.208	-
Lucros acumulados		717	1.258
Ajustes a valor de mercado - TVM e derivativos		33	13
<b>Total</b>		<u>37.458</u>	<u>34.420</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Banco Finaxis S.A.

### Demonstrações do resultado do Conglomerado Prudencial para os períodos findos em 30 de junho de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	30/06/2016	30/06/2015
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		1.758	1.010
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	1.758	1.010
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	-	(196)	(8)
Operações de captação no mercado	-	(196)	(8)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		1.562	1.002
<b>Outras receitas/ (despesas) operacionais</b>	-	(164)	3.839
Receitas de prestação de serviços	20	21.270	19.560
Rendas de tarifas bancárias	-	2.170	1.782
Despesas de pessoal	21	(13.197)	(9.073)
Outras despesas administrativas	22	(7.674)	(6.229)
Despesas tributárias	-	(2.234)	(2.220)
Outras receitas operacionais	-	132	1.084
Outras despesas operacionais	-	(631)	(1.065)
<b>Resultado operacional</b>		1.398	4.841
<b>Resultado não operacional</b>		32	65
<b>Resultado antes da tributação sobre o resultado</b>		1.430	4.906
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	23	(713)	(2.029)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	(785)	(1.490)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	72	(539)
<b>Lucro líquido do semestre</b>		717	2.877
Nº de ações		17.955.577	17.955.577
Lucro líquido por ação (em R\$)		0,04	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Banco Finaxis S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial para os períodos findos em 30 de junho de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		17.956	-	(32)	(1.619)	16.305
Atualização de título patrimonial (controlada)	-	-	-	7	-	7
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários		-	-	1	-	1
Ajuste ao valor de mercado - controladas		-	-	37	-	37
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	2.877	2.877
<b>Saldos em 30 de junho de 2015</b>		<b>17.956</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>1.258</b>	<b>19.227</b>
<b>Mutações do semestre</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>45</b>	<b>2.877</b>	<b>2.922</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>17.956</b>	<b>2.208</b>	<b>30</b>	<b>-</b>	<b>20.194</b>
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários		-	-	3	-	3
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	717	717
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>17.956</b>	<b>2.208</b>	<b>33</b>	<b>717</b>	<b>20.914</b>
Mutações do semestre		-	-	3	717	717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Banco Finaxis S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa do Conglomerado Prudencial para os períodos findos em 30 de junho de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do semestre	717	2.877
<b>Ajustes ao lucro líquido:</b>	<u>263</u>	<u>12</u>
Depreciações e amortizações	178	341
Baixa de Ativo Imobilizado	112	(539)
Constituição de crédito tributário	(73)	133
Provisão para passivos contingentes	46	77
<b>Variações em ativos e passivos</b>	<u>(3.114)</u>	<u>(21.467)</u>
Aumento/ (redução) em títulos e valores mobiliários	870	(1.558)
Aumento/ (redução) em relações interfinanceiras	49	(128)
Aumento/ (redução) em outros créditos	(278)	931
Aumento/ (redução) em outros valores e bens	(82)	20
Aumento/ (redução) em depósitos a vista	(2.852)	(18.863)
Aumento/ (redução) em outras obrigações	(821)	(1.869)
Pagamento de Dividendos		
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<u>(2.134)</u>	<u>(18.578)</u>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aquisição (baixas) de imobilizado de uso	(107)	(74)
Aplicações (baixas) no intangível	(18)	(52)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<u>(125)</u>	<u>(126)</u>
<b>Redução líquida de caixas e equivalentes de caixa</b>	<u>(2.259)</u>	<u>(18.704)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	16.636	33.188
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	14.377	14.484
<b>Redução líquida de caixas e equivalentes de caixa</b>	<u>(2.259)</u>	<u>(18.704)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

O Banco Petra S.A. (Banco) em conjunto com a sua subsidiária Petra – Personal Trader Corretora de Título e Valores Mobiliários S.A. (Corretora ou CTVM) formam juntos o Conglomerado Prudencial PETRA (CPPETRA) nos termos da Resolução CMN nº 4.280/2013, Circular CMN 3.701/2014 e Carta-Circular 3.651/2014 e têm por objeto social a à atuação no mercado financeiro, principalmente na administração de fundos e clubes de investimento.

O Banco Petra S.A. (Banco), controlado pela Petra Holding S.A. (99,25%), constituído em 23 de setembro de 2009 na forma de sociedade anônima de capital fechado e organizado sob a forma de banco comercial, foi autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 29 de janeiro de 2010, iniciando suas atividades operacionais em 23 de agosto de 2010. O objetivo pretendido de suas operações visa à atuação no mercado financeiro, principalmente na administração de fundos e clubes de investimento. Atualmente, as principais operações do Banco são aplicações em títulos e valores mobiliários, administração de fundos de investimentos, custódia de valores, prestação de serviços de controladoria e contabilidade e negociações de operações de créditos.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis consolidadas do CPPETRA tem finalidade específica de cumprir os requisitos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) estabelecidos por meio da Resolução CMN nº 4.280/13 e regulamentações complementares, normativos estes que estabelecem conceitos específicos de consolidação e que passaram a exigir das instituições financeiras, a partir da data-base 30 de junho de 2014, a divulgação de demonstrações contábeis auditadas do Conglomerado Prudencial. As demonstrações contábeis consolidadas do CPPETRA não se confundem com as demonstrações contábeis individuais das entidades que compõem o CPPETRA.

Além das determinações previstas na Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares, as Demonstrações Contábeis Consolidadas do CPPETRA foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do CMN e do Bacen, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976, e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As demonstrações contábeis do CPPETRA incluem as demonstrações contábeis, conforme apresentado a seguir:

Empresa	Atividade	2016	2015
<b>Participação direta no capital</b>			
Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Instituição Financeira	100%	100%

Conforme determinado no Artigo 1º, da Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do CMN, as Demonstrações Contábeis do CPPETRA abrangem a consolidação das entidades localizadas no país sobre as quais detenha controle direto ou indireto.

Durante o processo de consolidação, os saldos de transações entre empresas foram eliminados integralmente, respeitando o período de participação pela controladora.

As práticas adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pela controladora e pela subsidiária integral foram uniformemente aplicadas.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) Pronunciamento conceitual básico (R1) “Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – financeiro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- b) CPC 01 “Redução ao valor recuperável de ativos”, homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008”;
- c) CPC 03 “Demonstrações do fluxo de caixa”, homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;

- d)** CPC 05 “Divulgação de partes relacionadas”, homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- e)** CPC 10 “Pagamento baseado em ações”, homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- f)** CPC 23 “Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- g)** CPC 24 “Contabilização e divulgação de eventos subsequentes”, homologação pela Resolução nº 3.973/2011;
- h)** CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

As Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial foram aprovadas pela Administração em 04 de maio de 2017.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

#### **a) Caixa e equivalente caixa**

Para fins de demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, com conversibilidade imediata ou com prazo original de resgate igual ou inferior a 90 dias.

#### **b) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

#### **c) Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria:

- **títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários.

#### **d) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro-rata dia” incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**e) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas estão ajustados por avaliação pelo método da equivalência patrimonial.

**f) Imobilizado de uso**

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 13, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

**g) Intangível**

O ativo intangível é composto por ativos não monetários identificáveis sem substância física. Os valores registrados como ativo intangível são relativos a softwares, sendo que o CPPETRA irá obter benefícios desses softwares em até cinco anos.

**h) Redução ao valor recuperável de ativo**

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

**i) Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis de 15 de setembro de 2009, em observância à resolução CMN nº 3.823/2009, conforme descrito a seguir:

- ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- as obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

**j) Passivo circulante e exigível a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**k) Provisão para imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no ano. A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 20%.

Em maio de 2015, a Medida Provisória nº 675/15, posteriormente convertida na Lei nº 13.169/15, majorou a alíquota de CSLL para instituições financeiras para 20% a partir do mês base de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

**l) Apuração do resultado**

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados “pro rata” dia.

**m) Resultado por ação**

O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

Foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	448	448
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota Explicativa nº 5) revendas a liquidar – posição bancada	13.929	14.036
	<b>14.377</b>	<b>14.484</b>

**5. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

	2016			2015		
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Total	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Total
Operações compromissadas (*)	13.929	-	13.929	14.036	-	14.036
	<b>13.929</b>	<b>-</b>	<b>13.929</b>	<b>14.036</b>	<b>-</b>	<b>14.036</b>

(\*) São representadas por aplicações no mercado aberto, lastreadas por títulos públicos federais com prazos de vencimento de um dia útil e não sofrem alterações no valor de mercado em virtude de sua natureza.

## 6. Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2016, o saldo de títulos e valores mobiliários estavam assim representados:

Título	2016				2015	
	Sem vencimento e até 1 ano	Após 1 ano	Valor de mercado	Ajuste acumulado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários	Valor de mercado	Ajuste acumulado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários
<b>Carteira própria</b>	<b>2.347</b>	<b>11.400</b>	<b>13.747</b>	<b>-</b>	<b>12.404</b>	
Letras financeiras do tesouro (a)	8	11.400	11.408	(3)	9.924	(1)
Cotas de fundo de investimento (b)	2.339	-	2.339	-	2.480	-
<b>Total</b>	<b>2.347</b>	<b>11.400</b>	<b>13.747</b>	<b>(3)</b>	<b>12.404</b>	<b>(1)</b>

### a) Títulos disponíveis para venda

- (a) o valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA);
- (b) aplicações em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, sem vencimento devido a sua natureza.

## 7. Relações interfinanceiras – créditos vinculados

O CPPETRA mantém junto ao Banco Central em 30 de junho de 2016 o montante de R\$300 (R\$270 em 2015), referente ao recolhimento compulsório de microcrédito.

## 8. Operações de crédito e cessão

O CPPETRA teve operações de empréstimo na modalidade Capital de Giro (pré-fixado e pós-fixado). O contrato de empréstimo tem a emissão pelo tomador de uma CCB (Cédula de Crédito Bancário) que dá direito de negociar a venda do contrato ou cédula. A negociação é oficializada via Cessão de Crédito sem retenção de riscos ou benefícios. Esse produto faz parte do plano de negócios da Instituição. Em 30 de junho de 2016, o saldo em operações de crédito encontra-se zerado em virtude da Cessão de Crédito, conforme segue:

	2016	2015
Estruturação de CCB	96.595	197.097
Operações de crédito (valor presente)	(96.595)	(197.097)
<b>Lucro ou tarifa na cessão</b>	<b>353</b>	<b>571</b>

## 9. Outros créditos – rendas a receber

No CPPETRA, inclui valores a receber de serviço de estruturação de fundos, distribuição de cotas, taxa de administração dos clubes e fundos de investimentos e das carteiras de clientes administrados pela Corretora, no montante total de R\$3.732 (R\$3.358 em 2015)

## 10. Outras obrigações – negociação e intermediação de valores

No CPPETRA, refere-se basicamente aos saldos das operações da Corretora, por conta de clientes, pendentes de liquidação, dentro do prazo regulamentar, classificado nas seguintes categorias: pessoas físicas e jurídicas, instituições de mercado, diretores, sócios e acionistas e sociedades ligadas, no montante de R\$532 (R\$946 em 2015).



## 11. Outros créditos e outras obrigações - diversos

	2016	2015
<b>Outros créditos diversos - circulante</b>		
Adiantamentos e antecipações salariais (a)	158	125
Créditos tributários – Res.3.068	845	586
Impostos e contribuições a compensar	585	60
Pagamentos a ressarcir (b)	652	213
Devedores diversos	1	-
<b>Total</b>	<b>2.241</b>	<b>984</b>
<b>Outros créditos diversos - longo prazo</b>		
Depósitos judiciais	297	329
Créditos tributários (Nota nº 23)	815	722
<b>Total</b>	<b>1.112</b>	<b>1.051</b>
<b>Outras obrigações diversas - circulante</b>		
Obrigações por aquisição de bens e direitos		
Despesas de pessoal a pagar	1.057	907
Outras despesas administrativas (c)	1.124	816
Cretores diversos - País (d)	1.197	931
<b>Total</b>	<b>3.378</b>	<b>2.654</b>
<b>Outras obrigações diversas - longo prazo</b>		
Passivos contingentes (e)	938	873
	<b>938</b>	<b>873</b>

- (a) Representado substancialmente por adiantamentos de férias para funcionários;
- (b) Refere-se basicamente a valores de despesas de cartório, taxas e impostos de fundos ativos que o Banco e a Corretora pagaram e depois solicitarão reembolsos e valores antecipados para a abertura de fundos, deixando disponível em seu portfólio para futuras comercializações;
- (c) Representado substancialmente por valores referente a Multas a Comissão de Valores Mobiliários;
- (d) Representado substancialmente pelo ressarcimento de despesas de infraestrutura para a Petra Holding S.A.;
- (e) Refere-se à provisão para contingências trabalhistas constituídas sobre processos considerados pelo departamento jurídico do CPPETRA com chance de perda provável.

A seguir composição das provisões para contingências por natureza:

	2016	2015
Ações trabalhistas	158	96
Ações cíveis	780	777
<b>Total</b>	<b>938</b>	<b>873</b>

**Perdas possíveis**

O CPPETRA possui ações de natureza trabalhista e cível envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Em 30 de junho de 2016 essas ações totalizavam R\$32.480 (R\$19.080 em 2015).

## 12. Investimentos

A Corretora é subsidiária integral do Banco e o saldo de investimento, composto pela participação na Corretora, é conforme quadro a seguir:

	30/06/2016	30/06/2015
<b>Informações sobre a controlada:</b>		
Número de ações de capital	5.930	5.930
Patrimônio líquido	<b>7.772</b>	<b>3.777</b>
Capital social	5.930	5.930
Ajuste a valor de mercado	104	82
Reservas de capital	248	-
Lucros/Prejuízos acumulados	1.490	(2.235)

A seguir apresentamos um sumário das informações contábeis da controlada:

	2016			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
<b>Controlada</b>				
Petra – Personal Trader CTVM	10.195	2.423	7.772	1.490

	2015			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
<b>Controlada</b>				
Petra – Personal Trader CTVM	6.331	2.554	3.777	568

## 13. Imobilizado

	2016				2015
	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação	Valor residual	Valor residual
Instalações	10%	40	(7)	33	4
Móveis e equipamentos de uso	10%	574	(205)	369	406
Sistema de comunicação	20%	103	(66)	37	38
Sistemas de processamento de dados	20%	1.266	(991)	275	240
Sistema de segurança	10%	19	(4)	15	19
<b>Total</b>		<b>2.002</b>	<b>(1.273)</b>	<b>729</b>	<b>707</b>

## 14. Intangível

	2016				2015
	Taxa de amortização	Custo	Amortização	Valor residual	Valor residual
Software	20%	751	(632)	119	204
<b>Total</b>		<b>751</b>	<b>(632)</b>	<b>119</b>	<b>204</b>

## 15. Diferido

	2016				2015
	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação	Valor residual	Valor residual
Benfeitorias em Imóveis de terceiros	20%	778	(482)	296	467
<b>Total</b>		<b>778</b>	<b>(482)</b>	<b>296</b>	<b>467</b>

## 16. Depósitos a vista

	2016	2015
Pessoas físicas	2	-
Pessoas jurídicas - não ligadas	7.045	3.028
Pessoas jurídicas – depósitos vinculados	3.519	6.358
<b>Total</b>	<b>10.566</b>	<b>9.388</b>

## 17. Outras obrigações – fiscais e previdenciárias

	2016	2015
Impostos e contribuições sobre salários	431	254
PIS e COFINS	196	246
ISS a recolher	176	206
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	48	39
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	-	549
<b>Total</b>	<b>851</b>	<b>1.294</b>

## 18. Patrimônio Líquido

### a) Capital social

O capital social está representado em 30 de junho de 2016 e de 2015 por 17.955.577 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no País.

### b) Reserva de lucros

#### b.1) Reserva legal

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados na constituição da reserva legal, antes de qualquer outra destinação, conforme trata o Artigo 193. da Lei nº 6.404/1976 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado.

#### b.2) Reserva de lucros

O saldo do lucro do exercício, verificado após as destinações legais, permanecem na conta de Reserva de Lucros aguardando a deliberação da Assembleia Geral.

### c) Dividendos

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202. da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por ações.

## 19. Partes relacionadas

### a) Partes relacionadas

As partes relacionadas são elencadas conforme relação a seguir:

- Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – Controlada;
- Petra Holding S.A. – Controladora.

### b) Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas:

#### b.1) Remuneração da Administração

No período findo de 30 de junho de 2016, foram registrados no CPETRA benefícios de curto prazo a título de remuneração no montante de R\$2.014 (R\$1.031 em 2015).

#### b.2) Demais transações

Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 3.750/2009 do CMN, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições negociadas entre as partes, no tocante a encargos e prazos, e são compostas pelo ressarcimento de custos e despesas por uso compartilhado de infraestrutura administrativa para a Petra Holding S.A.

	2016		2015	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Petra Holding S.A. (*)	(963)	(6.274)	(565)	(4.073)

(\*) Representado pelo ressarcimento de custos e despesas por uso compartilhado de infraestrutura administrativa para a Petra Holding S.A

## 20. Receitas de prestação de serviços

	2016	2015
Administração de fundos	9.017	9.113
Custódia de valores	7.603	7.509
Controladoria e contabilidade dos fundos de investimentos	1.580	170
Estruturação dos fundos de investimentos	194	135
Distribuição de cotas (a)	1.048	1.372
Renda de comissão de colocação de títulos	353	571
Outras	1.475	690
<b>Total</b>	<b>21.270</b>	<b>19.560</b>

- (a) Para o serviço de coordenação e distribuição pública de cotas emitidas pelos Fundos Administrados pela Corretora, esta pode contratar agentes autônomos de investimentos. Tal despesa está classificada em despesas de serviços técnicos especializados e referem-se substancialmente ao pagamento de comissões sobre a intermediação financeira realizada pelos agentes autônomos no montante de R\$ 701 (R\$ 851 em 2015).

## 21. Despesas de pessoal

	2016	2015
Remuneração	8.481	5.547
Encargos	2.551	1.783
Benefícios	2.074	1.694
Treinamentos	91	49
<b>Total</b>	<b>13.197</b>	<b>9.073</b>

## 22. Outras despesas administrativas

	2016	2015
Despesas de processamento de dados (a)	3.136	2.587
Despesas de aluguéis	530	421
Despesas de depreciação e amortização	178	341
Despesas de viagens	188	122
Despesas de serviços técnicos especializados (b)	2.150	1.654
Despesas de serviços do sistema financeiro	355	230
Despesas de comunicação	47	47
Despesas de material	45	46
Despesas de promoções e relações públicas	133	9
Despesas de água, energia e gás	84	82
Despesas de manutenção e conservação de bens	40	21
Despesas de publicações	52	25
Despesas de transportes	52	41
Despesas de propaganda e publicidade	-	6
Outras despesas administrativas (c)	684	597
<b>Total</b>	<b>7.674</b>	<b>6.229</b>

- (a) Refere-se substancialmente as mensalidades dos módulos e aplicativos (Matera, YMF, Serasa, Sinacor, Unisistemas, entre outras) utilizados no CPPETRA, para desenvolvimento e controle das atividades das empresas, entre elas administração, custódia e controladoria dos fundos;
- (b) No CPPETRA, refere-se basicamente a serviço de coordenação e distribuição pública de cotas emitidas pelos Fundos Administrados pela Corretora, mencionado na Nota nº 20. Nessa operação, a Corretora pode contratar agentes autônomos de investimentos. As despesas de serviços técnicos especializados referem-se substancialmente ao pagamento de comissões sobre essas intermediações financeiras realizadas pelos agentes autônomos;
- (c) Representado substancialmente pela contribuição a associações (ANFAC e ABVCAP) e condomínio.

## 23. Imposto de renda e contribuição social

## a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

As demonstrações do imposto de renda e da contribuição social correntes incidentes sobre as operações são assim apresentadas:

	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social e após participações	2.504	4.906
Adições/ (exclusões):	(459)	502
<b>Lucro fiscal acumulado do semestre</b>	<b>2.045</b>	<b>5.408</b>
<b>Prejuízo fiscal compensado até a competência</b>	<b>(769)</b>	<b>1.622</b>
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo	1.795	3.786
<b>Imposto de renda total</b>	<b>426</b>	<b>920</b>
Imposto de renda 15%	269	568
Adicional de imposto de renda 10%	168	355
PAT	(11)	(3)
<b>Total imposto de renda</b>	<b>426</b>	<b>920</b>

## Contribuição Social

	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social e após participações	2.504	4.906
Adições/ (exclusões):	(444)	517
<b>Lucro fiscal acumulado do semestre</b>	<b>2.059</b>	<b>5.423</b>
Base de cálculo após as compensações de base negativa	1.795	3.796
Contribuição social sobre o lucro Líquido (15% em 2015 e 20% em 2016)	359	570
<b>Total contribuição social</b>	<b>359</b>	<b>570</b>

### b) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2016	2015
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social	(785)	(1.490)
Impostos diferidos		
Imposto de renda e contribuição social	72	(539)
<b>Total</b>	<b>713</b>	<b>(2.209)</b>

### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de junho de 2016, o CPPETRA possuía prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados no montante de R\$ 2.538 e R\$ 2.517 respectivamente, para os quais foram constituídos créditos tributários diferidos no montante de R\$ 1.138 (R\$ 914 em 30 de junho de 2015). No quadro abaixo demonstramos a movimentação ocorrida:

No quadro abaixo demonstramos a movimentação ocorrida:

Descrição	Saldo em 30/06/2015	Reversão	Saldo em 30/06/2016
Prejuízo fiscal IRPJ	572	63	635
Base negativa CSLL	342	161	503
<b>Total</b>	<b>914</b>	<b>224</b>	<b>1.138</b>

Os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar não têm prescrição e podem ser compensados com resultados tributáveis futuros. A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

### d) Expectativa de realização dos créditos tributários

Conforme a Resolução n° 3.059/2002 do CMN, as instituições recém constituídas podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

O Banco iniciou suas atividades operacionais em 23 de agosto de 2010. No primeiro semestre de 2011, após consolidação efetiva do início das atividades operacionais, voltadas substancialmente para administração de fundos e clubes de investimento, a Administração concluiu o estudo de realização do crédito tributário. Este estudo levou em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que foram determinadas pela Administração com base nas seguintes premissas:

- Prevemos que os fundos custodiados pelo CPPETRA, terão um crescimento no volume de ativos na ordem de 15,08% a.a. para o período de 2016 a 2020.
- As despesas operacionais deverão ter um aumento de 7,5% em 2016, 5,5% em 2017 e 5,0% de 2018 a 2020.

Para ajuste ao valor presente dos créditos tributários utilizamos a taxa Swap DI X PRé da BM&F do dia 30/06/2016 (2016 – 13,04%, 2017 – 12,68%) divulgado pela BM&F.

Descrição	Realização até		Saldo em 30/06/2016	Realização - VP		Total
	2016	2017		2016	2017	
Imposto de Renda – Crédito Tributário s/ Prejuízo Fiscal	42	593	635	37	496	533
Contribuição Social – Crédito Tributário s/ Base Negativa	30	473	503	27	395	422
<b>Totais</b>	<b>72</b>	<b>1.066</b>	<b>1.138</b>	<b>64</b>	<b>891</b>	<b>955</b>

#### 24. Instrumentos financeiros derivativos

Durante o 1º semestre de 2016 e de 2015, o CPPETRA não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

#### 25. Gerenciamento de riscos gestão de capital

O Conglomerado Prudencial PETRA (“CPPETRA”), acredita que o Gerenciamento de Riscos e de Capital é um instrumento fundamental para conduzir um crescimento sustentável e rentável. Para garantir a adequação e eficácia no gerenciamento desses riscos, foi estruturada uma área que atua de maneira segregada as demais áreas de negócio da instituição e que está vinculada à Diretoria de Compliance e Riscos. A área de Riscos coordena diretamente as atividades relacionadas à gestão do capital, aos riscos de liquidez, mercado e operacional e também monitora as atividades relacionadas ao risco de crédito.

A gestão e o monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades do Conglomerado Prudencial PETRA, são realizados através de políticas, controles, estabelecimento de estratégias, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições, estando alinhados às diretrizes e ao apetite de riscos definido pela Alta Administração.

Mais informações sobre a estrutura de Gestão de Riscos e Capital podem ser encontradas no site do Banco Petra S/A e da Petra – Personal Trader CTVM S/A (<http://petra.com.br/quem-somos/gestao-de-riscos/> e <http://corretora.petra.com.br/quem-somos/gestao-de-riscos/>).

Abaixo está uma descrição sucinta da estrutura de gestão de riscos:

**a) Gestão de Capital**

A Gestão de Capital está ligada à gestão dos riscos da instituição, sendo essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o CPPETRA.

Gestão de Capital é um processo contínuo de avaliação, monitoramento, controle do capital frente aos riscos incorridos pela instituição e o planejamento de metas e de necessidade de capital considerando as estratégias adotadas. O CPPETRA mantém um nível adequado de capital em face aos seus ativos e passivos para a efetiva gestão do capital.

Isso é feito através de um processo compatível e consistente com a gestão dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional e outros riscos relevantes, bem como com suas metas orçamentárias.

A área de Gestão de Riscos é responsável pelas atividades relacionadas à Gestão de Capital, permitindo a segregação de funções e adequando suas atividades à complexidade e as características das operações do CPPETRA.

**b) Risco de Liquidez**

O risco de liquidez relaciona-se com a incapacidade de atendimento das necessidades de caixa, ou seja, à ocorrência de descasamentos nos fluxos financeiros entre operações ativas e passivas e os reflexos decorrentes sobre a capacidade de obtenção de recursos financeiros pela instituição para o exercício de suas obrigações.

O acompanhamento do Risco de Liquidez é realizado através do monitoramento diário do limite de caixa mínimo disponível, a partir de relatórios de posição de caixa e do fluxo de caixa projetado. Este controle é feito para evitar que o CPPETRA tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

Nos critérios e procedimentos aprovados pela Alta Administração, são determinadas as diretrizes de reserva mínima de liquidez, plano de contingência de liquidez para curto e longo prazo e tipos de ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis.

**c) Risco de Mercado**

Risco de Mercado está relacionado à probabilidade de perda decorrente dos impactos de flutuações de preços e taxas de mercado sobre as posições ativas e passivas.

Atualmente o CPPETRA atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de serviços para fundos de investimento. Essa estratégia permite a manutenção de níveis baixos de exposição com relação a risco de mercado. A carteira do CPPETRA possui somente títulos de não negociação (“banking”).



Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de Riscos de Mercado, são calculados mensalmente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado, em conformidade com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional “CMN”.

**d) Risco de Crédito**

Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, a vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O Risco de Crédito do CPPETRA é, atualmente, considerado imaterial devido a atividade desenvolvido por este. O Risco de Crédito é hoje proveniente de operações que representam baixo risco, sendo elas, basicamente, operações compromissadas, aquisição de dívida (títulos e valores mobiliários públicos e privados).

Apesar disso, o CPPETRA possui uma área independente de crédito, e uma área de Gestão de Riscos que monitora as atividades, garantindo uma efetiva estrutura de gestão do risco de crédito.

**e) Risco Operacional**

Risco Operacional consiste na possibilidade de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos e externos, conforme Resolução do CMN 3.380/2006.

A Gestão de Risco Operacional é considerada pelo CPPETRA essencial para o bom desenvolvimento dos negócios. O CPPETRA possui políticas e procedimentos de identificação, avaliação, controle, monitoramento, mitigação e classificação dos riscos e a área de Gestão Riscos tem a missão de implantar e coordenar a estrutura de avaliação de riscos operacionais, prestando o devido suporte, garantindo um gerenciamento de risco eficaz, através da utilização das informações da base de perdas reduzindo assim perdas operacionais e melhorando os controles.

O CPPETRA adotou a abordagem do Indicador Básico para apurar capital requerido de Risco Operacional, conforme estabelecido pela Circular 3.640/2013 do Banco Central do Brasil.

**f) Limite operacional – Acordo da Basileia**

De acordo com as exigências das Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN nºs 4.192/13 e 4.193/13, o Conglomerado Prudencial PETRA gerencia o capital a fim de cumprir com os requerimentos mínimos exigidos. O Índice de Basileia tem o objetivo de garantir que os bancos tenham capital compatível com os riscos assumidos. A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo exigido e o Índice de Basileia.

	jun-15	jun-16
<b>Patrimônio de Referência</b>	<b>18.195</b>	<b>19.719</b>
Nível I	18.195	19.719
Capital Principal	18.195	19.719
Capital Complementar	0	0
Nível II	0	0
<b>Ativos Ponderados pelo Risco - RWA</b>	<b>59.136</b>	<b>72.027</b>
Crédito - RWA <sub>CPAD</sub>	7.363	8.220
Mercado - RWA <sub>MPAD</sub>	0	0
Operacional - RWA <sub>OPAD</sub>	51.773	63.806
<b>Índice Basileia</b>	<b>30,8%</b>	<b>27,4%</b>

Valores em milhares

**26. Eventos Subsequentes**

De acordo com a AGE de 31/08/2016, foi aprovado por unanimidade a alteração da denominação social da companhia, de “Banco Petra S.A., para Banco Finaxis S.A.”.

\* \* \*